

A crise da escola e a educação não-escolar

A crescente visibilidade social do *campo da educação não-formal* (e, igualmente, do *campo da educação informal*) não é separável das representações e dos discursos em torno da chamada crise da educação escolar.

Muito embora os discursos sobre a crise da educação escolar sejam tão antigos como a própria Escola, os factores supostamente geradores da actual crise são hoje mais amplos e heterogéneos.

Talvez mais do que em qualquer outra época, as referências à crise da educação escolar no contexto actual remetem (implícita e explicitamente) para condicionantes económicas, sociais e politico-ideológicas muito diversificadas e, conseqüentemente, as explicações produzidas e divulgadas são hoje mais heterogéneas e contraditórias.

Na impossibilidade de aqui recensar, de forma mais cuidada e aprofundada, todas as variáveis em jogo, gostaria de lembrar neste breve apontamento que a crise da educação escolar não pode ser compreendida sem levar em consideração os seguintes factos:

as condições actuais de expansão e internacionalização da economia capitalista num contexto de hegemonia ideológica neoliberal;

a emergência do "capitalismo informacional", as mutações aceleradas nas formas de organização do trabalho e a inevitabilidade (também, em grande medida, ideologicamente construída) do desemprego estrutural, a afectar sobretudo as novas gerações;

a permeabilidade e vulnerabilidade da Escola às pressões sociais - pressões que permitem que esta aceite, quase sempre passivamente, ser o "bode expiatório" para as crises económicas cada vez mais frequentes;

os discursos vulgares que induzem os cidadãos a pensar que a falta de emprego é devida à não qualificação dos indivíduos, sendo esta, por sua vez, acriticamente atribuída à incapacidade estrutural da Escola para preparar os estudantes em função das (supostas) necessidades da economia;

a perda de confiança no valor social dos diplomas, induzida pela distorções nas relações entre a educação e o mercado de trabalho (veja-se, por exemplo, o crescente desemprego dos licenciados; a proliferação de empregos precários disputados por portadores de qualificações superiores às exigidas para o exercício das funções que lhe são propostas; a existência de contextos de trabalho indutores de "regressões culturais"...);

a centralidade dos meios de comunicação de massa que se constituem como fortes agentes de socialização secundária, substituindo ou neutralizando a acção dos agentes e contextos de socialização primária;

a constatação, sinalizada em trabalhos recentes, de que a Escola, já não sendo capaz de cumprir cabalmente os *mandatos* que há muito lhe foram atribuídos, continua (paradoxalmente) a ser pressionada para assumir *novos mandatos*, à medida em que os problemas sociais aumentam, se diversificam e se complexificam;

a emergência de um sentimento anti-escola que se expressa, em alguns países, pela existência de um movimento de defesa do ensino em contexto familiar (*home schooling*), movimento este que é estimulado por discursos anti-estatistas que reclamam o fracasso da escola pública e que são promovidos por uma mescla de sectores religiosos fundamentalistas e segmentos neoliberais e neoconservadores desejosos de restaurar valores sociais e educacionais tradicionais.

Estes e outros factos, reais ou ideologicamente construídos, que podem ser convocados para explicar a actual crise da educação escolar são, como acima comecei por referir, relativamente sincrónicos com a expansão e recente revalorização dos campos da educação não-formal e informal. No entanto, é importante observar que, apesar deste relativo sincronismo, a revalorização da educação não-formal e informal só em parte pode ser atribuída à crise da Escola.

Na verdade, nem todos os indicadores da crescente (e aparentemente paradoxal) *pedagogização* da vida social são imediatamente explicáveis pela crise da Escola. Veja-se a este propósito a emergência dos novos lugares imateriais e virtuais de educação não-formal e informal que configuram o *ciberespaço*, ou os contextos, não menos fluidos e de fronteiras também instáveis, que começamos a relacionar com a chamada *sociedade cognitiva*.

O que importa considerar por agora é que se é verdade que estes novos lugares da educação (não-formal e informal) se originaram em fenómenos que pouco ou nada têm a ver com a crise da Escola, também é verdade que eles poderão vir a acentuar e aprofundar a crise dessa mesma Escola, sobretudo se forem ocupados e controlados por interesses económicos dominantes a nível nacional e global.

Por estas e outras razões, há que reflectir mais aprofundadamente sobre os dilemas e desafios futuros que derivam do facto de o *campo da educação não-escolar* ser hoje disputado por muitos e diferentes interesses, e contraditórias racionalidades políticas e pedagógicas.